



Ata da reunião ordinária de Assembleia Municipal realizada a 24 de junho de 2016

No dia vinte e quatro de junho do ano de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas, realizou-se no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, convocada pela sua Presidente, com a seguinte ordem de trabalhos:

1º. Ponto – Conselho Municipal de Segurança

- a) Deliberar sobre o Regulamento Provisório do Conselho Municipal de Segurança, ao abrigo do disposto n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 33/98, de 18 de Julho, na sua atual redação;
- b) Deliberar sobre o envio do regulamento provisório, a título consultivo, ao Conselho Municipal de Segurança, nos termos do disposto n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 33/98, de 18 de Julho, na sua atual redação, para emissão de parecer e/ou propostas de alteração;

2º. Ponto – Proposta de Protocolo para refeições escolares – Ano Letivo 2015/2016 – 2º. e 3º. Período e Ano Letivo 2016/2017 – 1º. Período - Centro Social e Paroquial de S. Cristóvão e Junta de Freguesia de S. Cristóvão;

3º. Ponto – Informação da atividade da Câmara Municipal.

Deu início aos trabalhos desta sessão a Sra. Presidente da Assembleia Municipal cumprimentando todos os presentes. Procedeu-se de seguida à chamada, verificando-se as seguintes presenças:

Alexandre Júlio Vinagre Pirata, António Joaquim da Silva Danado, António Joaquim Gens Coelho, em substituição João António Abrantes Caldeira, António Luis Pinto Xavier, António Manuel Bernardo Fitas, Augusto Francisco Rebotim Pascoal, Dário Miguel Tregeira Coelho, Duarte Manuel Luz, Guilherme Tomás Cebola de Almeida Franco, Joaquim Isidoro Miguéns D'Abreu Bastos, Joaquim Alberto Vidigal Galvão, José Carlos das Dores Zorrinho, José Maria Barroso Fernandes, José Vicente Grulha, Lina Graça Maltês em substituição de Telmo Filipe Marques Caldeira, Manuel António Coelho, Maria Helena Coelho Sabino Salvaterra, Orlando Manuel Beldroega, Paula Cristina Pinto Martins, Paulo Dinis Nabais Arrifes, Pedro Manuel Pinto Bento, Rui Fernando Benavente Páscoa, Sandra Cristina Esperança Matias, Sílvia Cristina Gomes Soares, Sónia Cristina dos Ramos, Susana do Carmo C. Picanço e Vitalina da Conceição Pavia Roque Pires Sofio.

Também esteve ausente da sessão a eleita Beatriz Maria Varela Maltês da Visitação, a qual justificou a sua ausência.

Estiveram ainda presentes, a Sra. Presidente da Câmara Municipal, Hortênsia Menino, a Sra. Vereadora Palmira Catarro e Carmen Carvalheira e os Srs. Vereadores António Pinetra, João

1609 ue Sofia

Marques e Henrique Lopes. O Sr. Vereador Olímpio Galvão não participou nesta sessão, tendo justificado a sua ausência.

De novo no uso da palavra, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal referiu que atempadamente foram realizados testes com o equipamento de transmissão on-line da sessão, o qual é propriedade da CIMAC e é utilizado também para a gravação das sessões da Assembleia Municipal de Évora. A disposição ideal da sala para a utilização do equipamento seria em forma de "U", no entanto as dimensões do Salão Nobre não o permitem. Assim sendo, há dúvidas sobre como será feita a captação de imagens, pelo que hoje irá ser uma sessão de teste. Informou de seguida, que no próximo dia útil será enviado, a todos os eleitos, o link da gravação, para que todos possam fazer a sua avaliação.

Seguidamente, foi colocada à discussão a proposta de ata da sessão extraordinária do dia um de abril de dois mil e dezasseis e não havendo qualquer proposta de alteração, foi colocada à votação, sendo aprovada por unanimidade.

Posteriormente, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal colocou ainda à discussão a proposta de ata da sessão ordinária do dia vinte e nove de Abril de dois mil e dezasseis, tendo o Sr. Presidente da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre apresentado uma proposta de alteração. O documento foi depois colocado à votação com a introdução da proposta apresentada, tendo sido aprovado por unanimidade.

Deu-se início ao período antes da ordem do dia.

Pedi para usar da palavra a eleita Sra. Sónia Ramos questionando a Câmara Municipal sobre qual o valor dos desvios de dinheiro efetuados, alegadamente, pelo funcionário Custódio Quintal. Perguntou ainda qual o ponto de situação do processo disciplinar instaurado ao referido funcionário e se a Câmara Municipal pretende também instaurar um processo de inquérito aos serviços financeiros/tesouraria. Ainda no uso da palavra questionou o executivo camarário se terá sido verificado o envolvimento de outros funcionários e se a Câmara Municipal já terá deliberado instituir outras medidas de salvaguarda para que situações idênticas não se repitam. Perguntou ainda se já foi instituído um segundo grau de verificação dos saldos de tesouraria, bem como nas reconciliações bancárias. A terminar a sua intervenção questionou a Câmara sobre a identidade do superior hierárquico direto do funcionário alegadamente envolvido no desvio de dinheiro e qual a explicação do mesmo para os fatos ocorridos.

De seguida usou da palavra o eleito Sr. António Xavier, o qual apresentou uma recomendação à Câmara Municipal, a qual se transcreve de seguida:

Excelência,

A recomendação que o CDS-PP de Montemor-o-Novo hoje aqui apresenta é da mais elementar justiça e pretende colmatar uma lacuna que consideramos grave. O reconhecimento pelo empenho e trabalho efetuado pelos nossos Bombeiros Voluntários, não pode ficar por meras palavras.

Assim e, considerando que:

-O Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais (DECIF) 2016 teve o seu início no dia 15 de Maio;

- Este dispositivo é, na sua larga maioria, constituído por Bombeiros Voluntários no nosso País, mas em especial em Montemor-o-Novo;

- É escusado referir o risco, muitas vezes de vida, que correm todos os Soldados da Paz;

- Estes bombeiros recebem quarenta e cinco euros por vinte e quatro horas de trabalho, muitas vezes empenhados em operações de combate que se arrastam por vários dias;

- Neste momento o pagamento efetuado por este serviço não ultrapassa os 1,87€/hora e que este montante é manifestamente reduzido, para não dizer vergonhoso;

- Os municípios que integram a Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL) reforçam este montante com um complemento de quinze euros/turno por cada Bombeiro que integra o dispositivo;

no q. medida

Entende o CDS-PP de Montemor-o-Novo que a atual situação deve ser revista, e que a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo deve apoiar, ainda mais, os Bombeiros Voluntários da nossa Cidade, e dar exemplo claro e inequívoco de reconhecimento pelos serviços prestados, pelo que:

Propõe a esta Assembleia, através de V. Exa, se digne aprovar uma recomendação à Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, para que disponibilize de forma retroativa e imediata, a título de Complemento de Risco, um montante de quinze euros a cada bombeiro de Montemor-o-Novo que integre o referido dispositivo, seguindo o bom exemplo dado pela AMAL. Esta medida, como referido, deve ter efeitos práticos e retroativos considerados a partir do dia quinze de Maio do presente ano.

Sobre o documento apresentado, pediu para intervir o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, António Danado, referindo que a atribuição deste subsídio de risco violaria as regras orçamentais, para além de que tem dúvidas sobre a legalidade das competências das autarquias para atribuição deste tipo de subsídio. Acrescentou ainda que a Câmara Municipal é neste momento o principal financiador da Associação Humanitária dos Bombeiros de Montemor-o-Novo. Tendo em conta tudo isto, afirmou que não irá votar favoravelmente o documento, considerando que o mesmo deveria ser dirigido ao governo.

Pediu para usar da palavra o eleito Sr. Carlos Zorrinho, dizendo que ao desempenhar a função de Secretário de Estado da Administração Interna, teve o privilégio de acompanhar muito de perto o trabalho dos bombeiros, quer os profissionais, quer os voluntários, quer ainda os do regime misto. Quanto ao documento apresentado, parece-lhe não ter muito cabimento do ponto de vista legal, pelo que a bancada do Partido Socialista irá abster-se quanto à votação do mesmo.

De novo no uso da palavra, o eleito Sr. António Xavier salientou que do ponto de vista legal, poderá ser efetuado, uma vez que possui documentação que comprova que a AMAL o faz, há cerca de três anos. Considera que a Assembleia Municipal hoje deveria aprovar a recomendação apresentada e posteriormente a Câmara não atribuir o subsídio, se do ponto de vista legal não o for possível. Relembrou ainda que no último orçamento camarário foram atribuídos aos Bombeiros de Montemor-o-Novo cerca de noventa e três mil de euros, enquanto que há dois anos foram atribuídos ao Grupo União Sport cerca de cem mil euros.

A Sra. Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação.

Deliberação: Reprovada com dezasseis votos contra dos eleitos pela CDU, dez abstenções dos eleitos pelo PS e PSD e um voto favorável do eleito pelo CDS/PP.

Voltou a usar da palavra o eleito Sr. António Xavier congratulando a Sra. Presidente da Assembleia pela realização da preparação para transmissão da presente sessão. Questionou a Câmara Municipal sobre a criação do Conselho Municipal da Juventude, o qual foi aprovado há vinte e seis meses.

Referiu-se ainda à falta de pagamento, por parte do Município, das compensações previstas para quem desempenhou funções no dia das eleições presidenciais.

Retomando o uso da palavra, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal informou que o processo relativo ao Conselho Municipal de Juventude foi apresentado na última reunião da Câmara Municipal.

Pediu para usar da palavra a Sra. Presidente da Câmara Municipal para dizer que relativamente ao Conselho Municipal de Juventude, decorre neste momento e até trinta de julho, o período, conforme a lei, para recolha de contributos, para a conclusão do processo. "Se assim o entender, a Sra. Presidente da Assembleia poderá convocar uma sessão extraordinária, para aprovação do mesmo", acrescentou a Sra. Presidente da Câmara.

De seguida a Sra. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao eleito Sr. Carlos Zorrinho, o qual parabenizou a Sra. Presidente da Assembleia pelo início do processo de

Hoque So fus

gravação e transmissão das sessões da Assembleia em direto, proporcionando o aumento da transparência.

Saudou ainda a realização do debate público que decorreu de apresentação de soluções para reabilitação da área envolvente ao Jardim Público, salientou a importância de ouvir as pessoas e os seus contributos.

Referiu-se ainda o mesmo eleito ao facto de ainda não ter sido realizado o debate público sobre a carta estratégica, considerando muito importante estabelecer essa proximidade com as populações.

Salientou ainda ser inaceitável que a Junta de Freguesia de Santiago do Escoural tenha recusado um pedido, por parte do Partido Socialista, para ter um stand na Feira Franca Anual. Disse ainda que a política deve estar perto das pessoas. Para além disso, referiu-se ainda ao facto de no ano passado, na mesma Feira a Câmara Municipal ter um stand claramente ideológico. Ainda no uso da palavra reiterou o apoio total do Partido Socialista na reposição das freguesias do concelho que foram extintas e agrupadas.

Interveio de seguida o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, António Danado, fazendo referência a que no dia de ontem se comemoraram cem anos sobre a publicação da lei na primeira república em mil novecentos e dezasseis em que foi reconhecida a junta de freguesia como tal. O referido eleito entregou à mesa da Assembleia um exemplar da Lei publicada no dia de ontem, para comemoração do facto, embora só mais tarde a junta de freguesia tenha tido a sua institucionalização com a Constituição da República. Disse ainda que todas as freguesias do país estão de parabéns e dizendo que espera que em dois mil e dezasseis a situação possa ser outra completamente diferente, sendo que no próximo dia trinta de junho será colocada à discussão a criação de uma nova lei quadro respeitante à extinção, modificação e criação de autarquias locais.

Pediu a palavra, o eleito Sr. Augusto Pascoal para alertar sobre o mau estado da estrada municipal entre o Alto da Mata e a Pitamariça, que se não tiver uma intervenção urgente poderá levar a situações muito graves.

De seguida a Sra. Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao eleito Sr. Manuel Coelho, que disse que na última sessão de Assembleia Municipal se excedeu numa das suas intervenções e que pelo facto queria transmitir um pedido de desculpa a todos os eleitos e em especial ao eleito Sr. António Xavier, pelas palavras utilizadas.

Usou da palavra a eleita Sra. Sandra Matias para informar que está a decorrer até ao dia trinta de junho a consulta pública do estudo sobre a Rede Nacional de Especialidade Hospitalar e de Referência Materna, da Criança e do Adolescente, tendo apresentado uma tomada de posição sobre esse estudo, o qual se transcreve de seguida:

Encontra-se em consulta pública, até dia 30 de Junho de 2016, um estudo promovido por um grupo de trabalho sobre "Rede Nacional de Especialidade Hospitalar e de Referência Materna, da Criança e do Adolescente", proposta por um grupo de trabalho liderado pelo presidente da comissão nacional da saúde da mulher, da criança e do adolescente. Caso este documento seja aprovado implicará:

Que a região Alentejo deixe de ter uma unidade de neonatologia com cuidados intensivos neonatais. Até agora a referência é feita para o hospital Espírito Santo de Évora, que possui o título de hospital de apoio perinatal diferenciado, ou seja, trata recém-nascidos a partir das 24 semanas de gestação. As razões apontadas são a baixa natalidade da região bem como a diminuta população.

Com a nova proposta todos os recém-nascidos com idade inferior a 32 semanas deveriam de ser transferidos para Lisboa, sendo o Alentejo a única região do país, a ficar sem unidade de apoio perinatal diferenciado.

Que todas as crianças que necessitem de cuidados cirúrgicos, como por exemplo, um freio da língua curto, uma apendicite ou um hidrocelo (O hidrocelo consiste numa acumulação de

no que se fez

líquido entre as membranas que envolvem o testículo no interior do escroto) sejam transferidos para Lisboa. Até agora temos 2 cirurgias pediátricas (um a tempo inteiro e outro a tempo parcial) que fazem intervenções, referenciando apenas os casos mais complexos para os hospitais centrais.

Esta proposta não é compreensível, depois de:

- ter investido em equipamento;
- na formação de recursos humanos;
- e de este ter sido considerado um serviço de ponta, exista agora a proposta de encerrar um serviço que foi ao longo dos anos reconhecido como exemplar nos serviços prestados à população de todo o Alentejo.

Apesar do Ministério da Saúde já ter anunciado que é sua intenção não encerrar este serviço, devemos continuar atentos pois a audição pública continua e ainda não existe uma decisão final, mas sim uma intenção política. O documento acaba aqui? Faltam as aspas.

Sobre o documento apresentado o eleito Sr. Carlos Zorrinho usou da palavra para afirmar que o referido estudo técnico terá sido solicitado pelo anterior governo e que o atual governo já afirmou entretanto que era uma decisão completamente desajustada que este tipo de serviço deixasse de existir na região Alentejo.

De seguida, interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras dizendo que na sua opinião quando se encomendam estudos técnicos já existe um objetivo para isso. Sendo que apesar de não ter sido este governo a encomendar o estudo é este que vai ter de tomar a decisão.

Foi com base em estudos que se propuseram o encerramento de escolas e outros serviços públicos.

Pedi para usar da palavra o eleito Sr. Alexandre Pirata para se referir à acumulação de resíduos que caem dos plátanos e que se vão acumulando ao longo de toda a Avenida Gago Coutinho, junto às habitações, nas janelas e junto ao próprio lancil

Apesar de ter conhecimento da existência de uma grande redução de trabalhadores no serviço de higiene e limpeza, sugeriu que pudesse ser feito o reforço da limpeza, junto daquela artéria. Usou da palavra, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santiago do Escoural salientando que relativamente à questão colocada pelo eleito Sr. Carlos Zorrinho gostaria de esclarecer que a Junta de Freguesia tomou a decisão de não alugar stands, por altura da Feira Franca, para nenhum partido político, apenas à Câmara Municipal e a associações da freguesia sem fins lucrativos.

Disse ainda que na edição do ano passado o stand da Câmara Municipal teve lá uma exposição, que tinha sido apresentada em Montemor e que depois esteve na Feira do Escoural.

De seguida a Sra. Presidente da Assembleia Municipal deu início à Ordem de trabalhos:

1º. Ponto – Conselho Municipal de Segurança

- a) Deliberar sobre o Regulamento Provisório do Conselho Municipal de Segurança, ao abrigo do disposto n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 33/98, de 18 de Julho, na sua atual redação

- b) Deliberar sobre o envio do regulamento provisório, a título consultivo, ao Conselho Municipal de Segurança, nos termos do disposto n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 33/98, de 18 de Julho, na sua atual redação, para emissão de parecer e/ou propostas de alteração

Sobre este ponto, a Sra. Presidente da Assembleia salientou que está relacionado com a formalidade do procedimento iniciado em sessões anteriores, no que respeita à Constituição do Conselho Municipal de Segurança. Uma vez que não foram colocadas propostas de

Moque Sofis

alteração ao Regulamento Provisório do Conselho Municipal de Segurança, deve o mesmo agora ser aprovado.

Acrescentou de seguida, que, o Regulamento deverá ser posteriormente enviado ao Conselho Municipal de Segurança para que possam pronunciar-se sobre o mesmo.

Deu a palavra, ao eleito Sr. Manuel Coelho, o qual questionou sobre qual a razão pela qual a Cercimor não é membro do Conselho Municipal de Segurança. Sugeriu ainda que em substituição da Liga dos Pequenos e Médios Agricultores, fosse possível que todos os Agricultores pudessem ser membros do Conselho.

Em resposta, a Sra. Presidente da Assembleia informou que a associação de cariz social que integra o Conselho Municipal de Segurança, foi designada, após todas as associações terem reunido entre si.

Resultante da nova legislação, foram introduzidos também como membros os representantes da área económica.

Não havendo outros pedidos de uso da palavra, foram deliberadas as alíneas respeitantes a este ponto.

Alínea) Deliberação: Aprovada por unanimidade.

Alínea b) Deliberação: Aprovada por unanimidade.

2º. Ponto – Proposta de Protocolo para refeições escolares – Ano Letivo 2015/2016 – 2º. e 3º. Período e Ano Letivo 2016/2017 – 1º. Período – Centro Social e Paroquial de S. Cristóvão e Junta de Freguesia de S. Cristóvão

Relativamente a este ponto a Sra. Presidente da Câmara disse que o presente Protocolo de Colaboração diz respeito ao fornecimento de refeições, relativamente ao último período do ano letivo 2015/2016 e início do ano letivo de 2016/2017.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

3º. Ponto – Informação da Atividade da Câmara Municipal

Interveio a Sra. Presidente da Câmara Municipal afirmando que em resposta às questões colocadas pela eleita Sra. Sónia Ramos, foi detetada uma situação anómala em face da qual foi determinado um processo disciplinar ao funcionário identificado nessa situação e feita uma participação de âmbito criminal.

Acrescentou ainda que, posteriormente, foi determinado um inquérito ao serviço de tesouraria e ao serviço de contabilidade, os quais se encontram ainda a decorrer.

De acordo com os dados apurados neste inquérito, a Câmara tomará as medidas justas, adequadas e necessárias. Informou ainda que houve uma alteração de reafecção de pessoal relativamente a um destes serviços. Neste momento são estas as informações possíveis de facultar.

Ainda no uso da palavra, afirmou que teve lugar no passado dia vinte e dois, a apresentação pública das propostas para a zona envolvente ao Jardim Público, que poderão ser consultadas na Sociedade Carlista ainda até ao próximo dia três de julho e sobre as quais todos poderão deixar opiniões, no próprio local.

Convidou os presentes para participarem na sessão pública de discussão da nova fase de trabalhos da Carta Estratégica, agendada para o dia vinte e oito de junho.

Encontra-se ainda em fase de discussão pública o Plano de Acessibilidade e Mobilidade da Cidade de Montemor, para o qual é importante o contributo de todos.

Relativamente à questão relacionada com o serviço de Higiene e Limpeza, a Câmara está a tomar as medidas possíveis para tentar ultrapassar essa situação. Informou ainda que na reunião de câmara realizada no passado dia dezoito de maio, foi deliberada a contratação de seis cantoneiros de limpeza.

Relativamente à estrada em Cortiçadas de Lavre, a Câmara reconhece que é necessária uma intervenção de fundo, a qual está a ser preparada, mais referiu que continuará a ser feita a conservação da via, da melhor maneira possível.

109 450 fis

Solicitou o uso da palavra, a Sra. Presidente da Junta de Freguesia do Ciborro, Sra. Helena Sabino Salvaterra referindo que também a estrada municipal 507 se encontra a necessitar de uma intervenção urgente, colocando em perigo a vida dos automobilistas, sendo a estrada de acesso ao Monte Selvagem, onde diariamente se dirigem autocarros com crianças também.

Usou da palavra a eleita Sra. Sónia Ramos, dizendo que as questões que colocou relativamente aos desvios de dinheiro não violam o processo que está a decorrer. Questionou a Sra. Presidente da Câmara sobre como foram detetados os referido desvios e por quem. Em virtude de ter sido instaurada uma auditoria ao serviço de contabilidade, verifica-se que não existiria nenhum tipo de procedimento para verificação financeira ou reconciliações bancárias. Considera que os pagamento das refeições escolares deveriam poder ser feitas através de outros meios de pagamento.

Perguntou ainda se a Câmara Municipal já terá questionado o Revisor Oficial de Contas sobre a existência destes desvios e qual o valor aproximado dos desvios.

Refere ainda a mesma eleita, que não foi dada resposta à questão que colocou sobre a identidade do superior hierárquico do funcionário.

Em resposta às questões colocadas a Sra. Presidente da Câmara, usou da palavra para referir que os desvios foram detetados por uma das funcionárias do Serviço de Contabilidade. O ROC foi informado quando foi detetada a situação.

O Processo de inquérito visa apurar outras informações sobre os factos ocorridos. Não sendo ainda possível fornecer, para já, informação sobre os valores envolvidos.

O funcionário em causa tem um superior hierárquico, o qual será também auscultado no âmbito dos processos de inquérito.

De seguida, foi o eleito Sr. António Xavier que usou da palavra para questionar onde pode consultar informação sobre o Conselho Municipal da Juventude no site da Câmara.

Concluída a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao público tendo usado da palavra Sr. Luis Menino dizendo que teve conhecimento, através do site da Câmara Municipal, que se encontra em discussão pública o Plano de Acessibilidade e Mobilidade da cidade e na sua opinião e sendo taxista nesta cidade, considera-se lesado com o conteúdo do referido Plano.

Informou ainda que os taxistas da cidade já reuniram por várias vezes com o executivo da Câmara onde foram debatidas todas as suas dificuldades.

Interveio ainda o Sr. José Reis, presente no público, afirmando ter recebido há momentos resposta da Câmara Municipal quanto à questão que colocou na última sessão da Assembleia, onde é referido que não existe qualquer ilegalidade no processo de contratação de empresas, por Ajuste Direto, no âmbito da Feira da Luz.

Referiu-se ainda à proposta apresentada pelo CDS/PP, que se traduzia num apoio, por parte da Câmara de sessenta e dois cêntimos por hora, aos Bombeiros que andam a combater fogos.

Gostaria que a Câmara o informasse sobre quais são as empresas a quem foram este ano adjudicados os Ajustes Diretos para a Feira da Luz.

Usou da palavra a Sra. Presidente da Câmara Municipal, a qual informou que no âmbito da Consulta Pública que se encontra em curso sobre o Plano de Acessibilidade e Mobilidade da cidade, a Câmara recebeu uma recomendação por parte dos taxistas da cidade, a qual será discutida de forma detalhada numa reunião de trabalhos a agendar brevemente.

O Plano apresenta muitos aspetos que ainda têm de ser melhorados, também mediante os contributos que sejam remetidos.

Relativamente à questão colocada pelo Sr. José Reis e uma vez que o referido município se referiu à questão já colocada pelo eleito pelo CDS/PP, foi por essa razão que a resposta foi remetida a esse eleito.

Quanto à questão sobre a contração de serviços para a Feira da Luz, a Câmara contrata as empresas, pretendendo que os serviços sejam prestados nas devidas condições.

Relativamente à Feira da Luz deste ano, está ainda a ser preparada a programação.

Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão pela Sra. Presidente da Assembleia Municipal, eram vinte e duas horas e quarenta e cinco minutos, tendo a Assembleia Municipal deliberado aprovar por unanimidade esta ata, em minuta, ao abrigo do número três do artigo quinquagésimo sétimo da lei número setenta e cinco, barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual redação.

E eu, Helena Bazilisa Rodrigues, Assistente Técnica, funcionária designada para o efeito, a redigi e subscrevo.

A Presidente da Assembleia Municipal



Vitalina Roque Sofio

A Assistente Técnica



Helena Bazilisa Rodrigues